



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS REALEZA
CURSO LICENCIATURA EM QUÍMICA

CLAUDIA GRZEGOZESKI

**A INCLUSÃO NO CASO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA PUBLICIZADA
NA REVISTA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA MARIA**

REALEZA
2017

CLAUDIA GRZEGOZESKI

**A INCLUSÃO NO CASO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA PUBLICIZADA
NA REVISTA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA MARIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Química – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Química.

Orientador: Jackson Luís Martins Cacciamani

**REALEZA
2017**

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

GRZEGOZESKI, CLAUDIA

A INCLUSÃO NO CASO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA
PUBLICIZADA NA REVISTA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/ CLAUDIA
GRZEGOZESKI. -- 2017.

52 f.:il.

Orientador: Jackson Luís Martins Cacciamani.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Química
- Licenciatura , , 2017.

1. Inclusão. 2. Deficiência Física. 3. Ensino
Regular. 4. Formação de Professores. I. Cacciamani,
Jackson Luís Martins, orient. II. Universidade Federal
da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CLÁUDIA GRZEGOZESKI

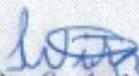
“A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA PUBLICIZADA NA REVISTA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA”

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciada em Química na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – Campus Realeza – PR.

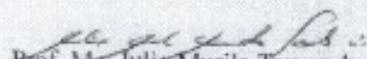
Orientador: Prof. Dr. Jackson Luís Martins Cacciamani

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi defendido e aprovado pela banca em:
10 de julho de 2017.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dra. Sandra Maria Wirzbicki



Prof. Me. Julio Murilo Trevas dos Santos

Dedico este trabalho à minha família que tanto amo, e tenho enorme apreço e gratidão!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, no qual acredito e sei que foi a fonte de toda força, perseverança e confiança que precisei não somente neste trabalho, mas em cada etapa deste ciclo acadêmico que se encera.

A todas as pessoas que fazem parte da minha vida, que foram pacientes e compreensivos quando na minha ausência, em especial:

Aos meus pais, Claudio e Eneir pela imensa paciência, compreensão e amor que sempre me dedicaram, mesmo nos momentos de conflito, de raiva, nos momentos em que descreditei eles estavam ali, às vezes silenciosos, mas estavam ali para o que eu precisasse nas alegrias e nas tristezas. A vocês todo meu amor e minha eterna gratidão!

Aos meus irmãos, César, Renata, Daniela e Rodrigo, por toda paciência, conselhos, apoio e motivação. À Renata pelas sobrinhas maravilhosas, Gabrieli e Amanda (afilhada), que foram anjos guiando meus momentos de angústia, e solidão, sempre presentes em minha vida alegrando e acalmando meu coração.

Ao meu eterno professor Jackson pela pessoa paterna que és, sua humildade e simplicidade são atribuições que vão além do conteúdo de sala de aula, e que, com certeza, levarei pra sempre como exemplo. Muito obrigada por me orientar e acreditar comigo em um mundo melhor para as pessoas com deficiência física!

Aos professores da Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Realeza, por construírem comigo grandes saberes do que é ser um professor de Química.

Aos meus colegas e amigos Aline M., Maiara, Cleiton, Juliana, Pâmela, Dioni, Aline B., Edson, Marcelo, Vanessa, Raquel, Cleonice, Ewerton, Fernanda e Gisele, que estiveram comigo desde o início dessa caminhada, obrigada pela amizade e companheirismo, obrigada pelos choros e risos, pelas aflições e conquistas em todos esses anos.

Ao Jean Francisco, fonte de inspiração e motivação deste trabalho, o maior exemplo de alegria, perseverança e otimismo que poderia levar da Universidade para a vida, você foi a pedrinha chave para que este trabalho se concretizasse. A você todo meu respeito e admiração, meu eterno colega e amigo.

Ao Guilherme por toda compreensão, companheirismo, carinho, paciência, incentivo, e apoio. Você foi determinante para que eu chegasse até aqui meu amor. Agradeço por sempre estar comigo e por todo seu amor.

A todos a minha eterna gratidão!

“Quando perdemos o direito de ser diferentes, perdemos o privilégio de ser livres.”
(Autoria Desconhecida).

RESUMO

Neste trabalho buscamos investigar se a temática “Inclusão de alunos com deficiência física em instituições de Ensino Regular” vem sendo abordada nas publicações da Revista Educação Especial (REE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e se sim como é abordada, com o objetivo principal de conhecermos e compreendermos as dificuldades e potencialidades da inclusão destes alunos no ensino regular. Realizamos uma pesquisa documental, tendo como proposta a análise dos títulos e resumos dos trabalhos publicizados na Revista Educação Especial (REE) entre os anos de 2006 a 2016. Em um primeiro momento, buscamos os trabalhos no sítio eletrônico da Revista na *web*. Desse modo, o recorte da pesquisa se delimita à 11 volumes da revista, 30 edições (27 à 56), com um conjunto de 343 títulos analisados, sendo 101 selecionados. Posteriormente, fizemos leitura de seus resumos no intuito de verificar se os trabalhos com títulos selecionados realmente contemplavam a deficiência física. Assim, nosso *corpus* de análise foi constituído por 3 trabalhos. Em um segundo momento, analisamos as informações empíricas por meio da Análise Textual Discursiva (ATD) proposta por Moraes e Galiuzzi (2011) em duas etapas: 1 unitarização e categorização dos títulos e resumos dos trabalhos; 2 unitarização e categorização dos trabalhos completos na íntegra. Nesses dois momentos do processo, foram construídas três categorias finais, sendo que optamos por discutir e teorizar acerca de apenas uma delas, ou seja, “Práticas Docentes e a Formação inicial e continuada de Professores para inclusão de pessoas com deficiência física no ensino regular”, no sentido de conhecer mais as dificuldades e potencialidades dos professores ao trabalharem com pessoas com deficiência física, e assim poder elencar considerações a respeito. Na revista foi possível concluir que poucas investigações se têm feito acerca da inclusão de pessoas com deficiência física no Ensino Regular. Assim discutimos a necessidade de compreender as Necessidades Educacionais Especiais (NEE) desta deficiência, e principalmente priorizar a formação de professores, que mobilize maiores discussões e ações em favor da inclusão educacional de pessoas com deficiência física.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência física. Ensino Regular. Formação de professores.

ABSTRACT

In this paper we aim to investigate whether the theme "Inclusion of students with physical disabilities in institutions of Regular Education" has been approached in the publications of the Special Education Journal (REE) of the Federal University of Santa Maria (UFSM). The main objective of knowing and understanding the difficulties and potentialities of the inclusion of these students in regular education. We conducted a documentary research, having as proposal the analysis of the titles and abstracts of the works published in the Special Education Magazine (REE) between the years 2006 to 2016. At first, we searched the works on the web site of the magazine on the web. Thus, the cut of the research is delimited to 11 volumes of the magazine, 30 editions (27 to 56), with a set of 343 titles analyzed, being 101 selected. Subsequently, we read their summaries in order to verify if the papers with selected titles actually contemplated the physical disability. Thus, our corpus of analysis consisted of 3 papers. In a second moment, we analyze the empirical information through the Discursive Textual Analysis (ATD) proposed by Moraes and Galiazzi (2011) in two stages: 1 unitarization and categorization of the titles and abstracts of the works; 2 unitization and categorization of the complete works in full. In these two moments of the process, three final categories were constructed, and we opted to discuss and theorize about only one of them, that is, "Teaching Practices and Initial and Continued Teacher Training for the inclusion of people with physical disabilities in regular education", In order to know more about the difficulties and potential of teachers when working with people with physical disabilities, and thus to be able to list considerations about them. In the journal it was possible to conclude that little research has been done on the inclusion of people with physical disabilities in Regular Education. Thus we discuss the need to understand the Special Educational Needs (SEN) of this deficiency, and mainly to prioritize teacher training, which mobilizes greater discussions and actions in favor of the educational inclusion of people with physical disabilities.

Keywords: Inclusion. Physical disability. Regular education. Teacher training.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Capa da Revista Educação Especial quando era conhecida como “Cadernos de Educação Especial”	16
Figura 2	Diagrama do caminho da Investigação	30

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Trajatória dos termos utilizados ao longo da história da 19 atenção às pessoas com deficiência, no Brasil.	
Quadro 2	Categorias emergidas	32
Quadro 3	Princípios Educacionais a serem considerados pelos pais	40
Quadro 4	Sugestões em relação ao processo de Educação Inclusiva	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Temas das edições que contemplam Dossiê Temático na 17 Revista de Educação Especial	
Tabela 2	Desafios à prática docente	39

LISTA DE SIGLAS

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas
APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ATD Análise Textual Discursiva
CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE Centro de Educação
ECA Estatuto da Criança e do Adolescente
ECS Estágios Curriculares Supervisionados
EDE Departamento de Educação Especial
EDEQ Encontro de Debates sobre o Ensino de Química
LAPEDOC Laboratório de Pesquisa e Documentação
LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NEE Necessidades Educacionais Especiais
ONU Organização das Nações Unidas
PDE Programa de Desenvolvimento Educacional
PIBID Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PNE Plano Nacional de Educação
PPC Projeto Pedagógico do Curso
PPGE Programa de Pós-graduação em Educação
PSS Processo Seletivo Simplificado do Paraná
REE Revista de Educação Especial
TA Tecnologia Assistiva
TCC Trabalho de Conclusão de Curso
UFFS Universidade Federal da Fronteira Sul
UFSM Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CONHECENDO A REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL	16
3	NOMENCLATURA: COMO TRATAR AS PESSOAS COM ALGUM TIPO DE COMPROMETIMENTO MOTOR?	19
3.1	DEFICIÊNCIA FÍSICA, CARACTERIZAÇÃO E FORMAS DE RELACIONAMENTO	23
4	CONQUISTAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: ALGUMAS NORMATIVAS E MOVIMENTOS	25
5	METODOLOGIA DE PESQUISA: CAMINHOS E DESAFIOS	29
5.1	A CONTRIBUIÇÃO DA ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA - (ATD)	31
6	UM OLHAR ESPECIAL AO ENSINO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA	33
6.1	FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: SUAS DIFICULDADES E POTENCIALIDADES PARA SALA DE AULA COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA	35
6.2	O ESPAÇO QUE CONVIVEMOS E SUA ACESSIBILIDADE	43
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
9	APÊNDICES	52

1 INTRODUÇÃO

O curso de Química – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus Realeza* – PR, assim como os demais cursos, propõe o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como requisito para obtenção do título de Licenciada em Química. O TCC configura-se como um espaço-tempo de construção de saberes acerca de um assunto específico, no qual os licenciandos junto aos seus orientadores dão início à pesquisa, investigação e escrita a partir de um tema gerador. Isso é delimitado a um problema de pesquisa com um foco principal, que norteará todo o processo gerando várias questões de pesquisa, às quais vão sendo respondidas no desenvolvimento do processo de pesquisa a fim de compreender aquilo que nos propomos a investigar. (BRASIL, 2012)

Muitos temas vêm sendo discutidos nesse espaço reservado do TCC e em outros locais, que contribuem muito à Educação Química, dentre estes temas está a Educação Especial. Este trabalho em especial buscamos investigar se a temática “Inclusão de alunos com deficiência física em instituições de Ensino Regular” vem sido abordada nas publicações da Revista Educação Especial (REE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e se sim como é abordada, com o objetivo principal de conhecermos e compreendermos as dificuldades e potencialidades da inclusão destes alunos no ensino regular

A ideia de se trabalhar com tal problema de pesquisa surgiu da precária acessibilidade e inclusão ofertada às pessoas com deficiência física, observada nas escolas durante os períodos dos Estágios Curriculares Supervisionados (ECS), bem como um ano em que fui docente temporária na rede pública estadual do Paraná, e também da vivência com colegas com tal deficiência dentro de nossa Universidade. Acessibilidade esta, não apenas em relação à estrutura de tais instituições, mas principalmente de um currículo pensado “não excluindo” esses alunos, o convívio com os demais estudantes ditos “normais” nesses ambientes que muitas vezes, talvez sem perceber acabam excluindo essas pessoas do seu convívio.

ITANI (1998) afirma que o preconceito faz parte de nosso cotidiano, e trabalhar com essas questões em sala de aula não está dentre as tarefas mais fáceis. Defrontamo-nos com atitudes preconceituosas diariamente, seja por conta de religião, cor de pele, raça, classe social, deficiências entre tantos outros tipos de preconceito e discriminação, segundo ITANI (1998, p.119):

Para poder trabalhar com essas questões, é preciso compreendê-las, saber como se manifestam e em que bases são expressas, notadamente se levamos em conta que elas não podem ser analisadas fora de seus contextos.

Mais uma vez se torna explícito que é preciso conhecer cada indivíduo em suas particularidades, todos somos diferentes e cabe a nós vivermos em harmonia, respeito e igualdade de direitos, para CARVALHO *et al.* (2013, p.18) combater a essa situação exige um rompimento com práticas excludentes produzidas ao longo da história e que, ainda hoje, têm fundamentado práxis do homem atual em relação a este segmento social, especialmente aos casos de pessoas com deficiência física.

Assim buscamos compreender essa deficiência tão presente em nosso dia a dia, entender o que se tem feito até hoje em prol da inclusão educacional dessas pessoas. A Educação Especial é uma temática tão importante e que nos leva a refletir as diferenças dos sujeitos na sala de aula, as potencialidades de cada pessoa tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior.

Contudo objetivamos ainda discutir outras questões que intrigam esse meio da Deficiência Física, bem como questões que surgiram no decorrer do processo de análise, para melhor entendermos essa temática como, por exemplo, compreender a deficiência física, suas caracterização e contexto dentro da REE; conhecer, superficialmente, as conquistas de luta pela inclusão dessas pessoas no ensino regular no Brasil através de Encontros que geraram Declarações, tratados nacionais e internacionais, bem como normativas (Leis e Decretos); articular diálogos com os autores no intuito de nos aprimorar de diferentes olhares sobre o caso deficiência física no ensino regular; nos aprimorar de diferentes realidades de professores em sala de aula com a presença de alunos com deficiência física.

Essas questões que são também inquietudes de muitos professores, alunos e famílias, e poderão ser dialogadas e entendidas através da proposta de investigação da Revista de Educação Especial (REE), compreendendo como a comunidade que publica nesta revista vem discutindo o ensino para pessoas com deficiência física. Aí sim a partir das ideias de outros autores publicadas na revista teremos maior entendimento e argumentos para discutir a respeito da melhor maneira de incluirmos e não excluirmos essas pessoas de nossas salas de aula.

Acreditamos que este é um momento de suma importância para planejarmos em conjunto, organizarmos as ideias, e principalmente para a formação continuada do licenciado, que pode trabalhar e relatar suas inquietudes vivenciadas durante sua formação acadêmica, fazer relações entre as diferentes realidades encontradas na escola da Educação Básica e na própria Universidade com as teorias analisadas nos documentos selecionados, acrescentando e

muito, a nossa formação quanto a Educação Especial no Ensino de Química.

Relatamos a seguir o processo de construção do trabalho, para que o leitor se sinta parte integrante do trabalho e das ações adotadas, entendendo a REE, o que esse grupo de pessoas vem debatendo a cerca da deficiência física, bem como o caminho metodológico de pesquisa trilhado, norteadada pela técnica de análise proposta por Moraes e Galiazzi na Análise Textual Discursiva (2011).

Nosso trabalho será apresentado da seguinte maneira: 2 Conhecendo a Revista Educação Especial; 3 Nomenclatura: Como tratar s pessoas com algum tipo de comprometimento motor? 3.1 Deficiência Física, como se configura? 4 Conquistas de pessoas com Deficiência Física: Algumas normativas e movimentos; 5 Metodologia de Pesquisa: Caminhos e Desafios; 5.1 A contribuição da Análise Textual Discursiva (ATD); [6] Um olhar especial ao ensino de pessoas com deficiência física; 6.1 Formação Docente e Práticas Pedagógicas: Suas Dificuldades e Potencialidades para sala com alunos com deficiência física; 6.2 O Espaço que convivemos e sua acessibilidade.

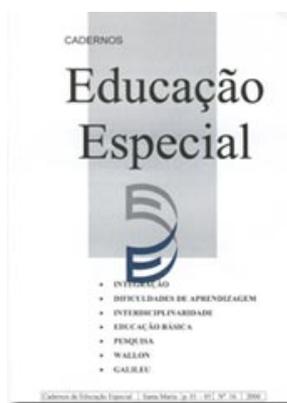
2 CONHECENDO A REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL– REE

Antes de buscarmos alcançar nosso objetivo principal de compreender as necessidades de pessoas com deficiência física, precisamos conhecer um pouco mais do nosso campo de pesquisa, ou seja, do que trata e como surgiu a revista adotada? Quem publica? Quem lê? Como é organizada? E porque a escolha desta e não de outro documento a ser analisado, esse dialogo se mostra essencial para construirmos argumentos consistentes em cima dos resultados que encontramos durante a análise documental da Revista.

A revista é editada pelo Departamento de Educação Especial (EDE) do Centro de Educação (CE) e sob-responsabilidade do Laboratório de Pesquisa e Documentação (LAPEDOC) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) na cidade de Santa Maria – RS. Começou a ser impressa no ano de 1986 e publica aproximadamente 51 artigos por ano, sendo que a forma de publicação eletrônica iniciou em 2000.

O primeiro número da revista, então, Cadernos de Educação Especial circulou no ano de 1987. Naquele ano a UFSM completava 27 anos, dos quais, 25 anos de dedicação à Educação Especial na universidade. “Em março de 1962 iniciaram as aulas do primeiro Curso que foi marco na formação de recursos humanos para a Educação Especial em Santa Maria” (MARQUEZAN, 2002, p. 09). Em 1994 iniciou o Curso de Pós-Graduação em Educação Especial (especialização). No ano de 1998 no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) na Linha de pesquisa Formação de Professores foi criado o Núcleo Temático: Educação em Circunstâncias Especiais e em 2004 foi implementada a linha de pesquisa Educação Especial no PPGE. A Revista passou por uma alteração na nomenclatura até o ano de 2003, volume 22, a que hoje chamamos Revista Educação Especial era conhecida como “Cadernos de Educação Especial”, como mostra a figura 1.

Figura 1: Capa da REE quando era conhecida como “Cadernos de Educação Especial”.



Ela foi criada e mantida com o objetivo de veicular estudos, pesquisas e experiências na área para abertura de novos horizontes, para o aprofundamento de temas concernentes e para o enriquecimento mútuo de todos os que se dedicam à Educação Especial. Acreditamos que, além disso, a revista nos proporciona um espaço para socialização de resultados de nossas práticas educativas e novas experiências, não só dos alunos da UFSM, mas em demais universidades nacionais e internacionais e os alunos e professores do ensino regular (Revista Educação Especial (UFSM)).

A Revista Educação Especial foi escolhida por ser um periódico científico acessível a todos os públicos, estar disponível on-line, o que favorece a sua circulação, e também as publicações que são feitas desde alunos da Educação Básica até grandes autores da área, é também reconhecida como um dos mais importantes veículos de divulgação de pesquisas em Educação Especial no Brasil pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na qual possui atualmente a classificação A2.

Além disso, a revista foi escolhida por não encontrarmos documento com esse eixo de pesquisa nas Revistas de Química. Assim por se tratar de uma revista exclusiva da Educação Especial, e pela Universidade de Sant Maria ter o curso de Química e cursos de licenciatura, consideramos um importante documento de análise e que atenderia nossas expectativas quanto a inclusão de pessoas com deficiência.

A partir de 2009 a revista passou a ser quadrimestral, sendo que os dois primeiros números do ano atendem a demanda do fluxo contínuo tendo como destaque trabalhos que abordam a temática Inclusão e Altas Habilidades/Superdotação, esse último, relacionamos o fato de que a Instituição ligada ao periódico realizou no ano de 2006 um evento nessa área quando inúmeros palestrantes e conferencistas publicaram suas produções no periódico. E o terceiro número do ano é organizado na forma de Dossiê Temático, os temas abordados no decorrer dos 11 anos de análise seguem na Tabela 1.

Tabela 1 – Temas das edições que contemplam Dossiê Temático na Revista de Educação Especial.

Ano/Volume	Edição	Temas
2012/25	44	Avaliação em Educação Especial.
2013/26	47	Transtornos do Espectro do Autismo e a Educação Especial.
2014/27	50	Altas Habilidades/Superdotação.
2015/28	53	Diferença, Educação e Cultura.
2016/29	56	ITARD e VICTOR – Educação Especial na contemporaneidade.

Fonte: Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

O objetivo principal da revista de veicular somente artigos inéditos na área da

Educação Especial foi outro fator principal para sua escolha nesta pesquisa, mas o que nos causa estranheza é a baixa incidência de trabalhos tratando das deficiências em suas especificidades, por ser uma Revista com essa proposta editorial de veicular a produção acadêmica “prioritariamente daqueles trabalhos mais diretamente vinculados com a Educação Especial, de forma a ampliar discussões sobre políticas públicas, demanda, formação de professores e temáticas emergentes” (MARQUEZAN, 2002, p. 11). De início podemos que é a Educação Especial para pessoas com deficiência física não esta entre os focos principais na Revista, mas que será fator essencial ao argumentarmos a favor de que se necessita mais atenção para esse assunto.

Diante disto, ressaltamos a importância da revista para esse campo de investigação que é a Educação Especial e para formação de professores na Educação Química, pois apresenta diferentes realidades e experiência com inclusão e acessibilidade no Ensino Superior e em Escolas de Educação Básica vivenciadas por de professores e alunos, locais que serão nosso campo de trabalho e público com quem teremos mais contato como futuros professores e pesquisadores da Educação Química. Tendo apresentado a Revista, abordaremos a seguir teorias relacionadas à deficiência física no objetivo de compreender o público em que este trabalho foi pensado.

3 NOMENCLATURA: COMO TRATAR AS PESSOAS COM ALGUM TIPO DE COMPROMETIMENTO MOTOR?

Além de conhecermos o nosso campo de pesquisa é indispensável também conhecermos o tema norteador do nosso público em questão, que são os principais motivadores e inspiradores deste trabalho, a deficiência dos nossos alunos com algum tipo de comprometimento motor, e aí vem uma questão muito importante, a nomenclatura, como devemos tratar? Pessoa com Deficiência Física, Pessoa com Necessidade Especial Motora, Portadores de deficiência Física?

Ao buscar por documentos e normativas a respeito da inclusão de alunos com deficiência, nota-se que há muitas décadas vem se discutindo como falar, tratar as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, parece algo simples, mas que ao ser trabalhado se torna muito complexo. São vários séculos com diferentes costumes e culturas o que denotam mudanças na linguagem, e nos fazem crer que nunca haverá um único termo correto e válido para todo tempo e espaço.

Construiu-se uma normatização da sociedade de acordo com padrões preestabelecidos, e aquelas pessoas que não se encontram dentro desses padrões são excluídas e discriminadas. As pessoas com deficiência física não devem ser tratadas por termos que denotem sentimento de pena ou de compaixão, como por exemplo “coitado”, pois acima de tudo, inclusive das restrições apresentadas por sua deficiência, são pessoas com talentos, aptidões e defeitos, como qualquer outra pessoa.

Sasaki em “Como chamar as pessoas que têm deficiência? (2013)”, percorre a trajetória de evolução dos termos utilizados ao longo da história da atenção às pessoas com deficiência no Brasil, conforme mostra a tabela abaixo.

Quadro 1– Trajetória dos termos utilizados ao longo da história da atenção às pessoas com deficiência, no Brasil.

ÉPOCA	TERMOS E SIGNIFICADOS	VALOR DA PESSOA
No começo da história, durante séculos. Romances, nomes de instituições, leis, mídia e outros meios mencionavam “os inválidos”. Exemplos: “A reabilitação profissional visa a proporcionar aos beneficiários inválidos ...” (Decreto federal nº 60.501, de 14/3/67, dando nova redação ao Decreto nº 48.959-A, de 19/9/60).	“os inválidos”. O termo significava “indivíduos sem valor”. Em pleno século 20, ainda se utilizava este termo, embora já sem nenhum sentido pejorativo. Outro exemplo: “Inválidos insatisfeitos com lei relativa aos ambulantes” (Diário Popular, 21/4/76).	Aquele que tinha deficiência era tido como socialmente inútil, um peso morto para a sociedade, um fardo para a família, alguém sem valor profissional. Outros exemplos: “Servidor inválido pode voltar” (Folha de S. Paulo, 20/7/82). “Os cegos e o inválido” (Isto É, 7/7/99).
Século 20 até ± 1960. “Derivativo para incapacitados”	“os incapacitados”. O termo significava, de início, “indivíduos	Foi um avanço a sociedade reconhecer que a pessoa com

<p>(Shopping News, Coluna Radioamadorismo, 1973). “Escolas para crianças incapazes” (Shopping News, 13/12/64). Após a I e a II Guerras Mundiais, a mídia usava o termo assim: “A guerra produziu incapacitados”, “Os incapacitados agora exigem reabilitação física”.</p>	<p>sem capacidade” e, mais tarde, evoluiu e passou a significar “indivíduos com capacidade residual”. Durante várias décadas, era comum o uso deste termo para designar pessoas com deficiência de qualquer idade. Uma variação foi o termo “os incapazes”, que significava “indivíduos que não são capazes” de fazer algumas coisas por causa da deficiência que tinham.</p>	<p>deficiência poderia ter capacidade residual, mesmo que reduzida. Mas, ao mesmo tempo, considerava-se que a deficiência, qualquer que fosse o tipo, eliminava ou reduzia a capacidade da pessoa em todos os aspectos: físico, psicológico, social, profissional etc.</p>
ÉPOCA	TERMOS E SIGNIFICADOS	VALOR DA PESSOA
<p>De ± 1960 até ± 1980. “Crianças defeituosas na Grã-Bretanha tem educação especial” (Shopping News, 31/8/65). No final da década de 50, foi fundada a Associação de Assistência à Criança Defeituosa – AACD (hoje denominada Associação de Assistência à Criança Deficiente). Na década de 50 surgiram as primeiras unidades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae.</p>	<p>“os defeituosos”. O termo significava “indivíduos com deformidade” (principalmente física). “os deficientes”. Este termo significava “indivíduos com deficiência” física, intelectual, auditiva, psicossocial, visual ou múltipla, que os levava a executar as funções básicas de vida (andar, sentar-se, correr, escrever, tomar banho etc.) de uma forma diferente daquela como as pessoas sem deficiência faziam. E isto começou a ser aceito pela sociedade. “os excepcionais”. O termo significava “indivíduos com deficiência intelectual”.</p>	<p>A sociedade passou a utilizar estes três termos, que focalizam as deficiências em si sem reforçar o que as pessoas não conseguiram fazer como a maioria. Simultaneamente, difundia-se o movimento em defesa dos direitos das “pessoas superdotadas” (expressão substituída por “pessoas com altas habilidades” ou “pessoas com indícios de altas habilidades”). O movimento mostrou que o termo “os excepcionais” não poderia referir-se exclusivamente aos que tinham deficiência intelectual, pois as pessoas com altas habilidades (superdotação) também são excepcionais por estarem na outra ponta da curva da inteligência humana.</p>
<p>De 1981 até ± 1987. Por pressão das organizações de pessoas com deficiência, a ONU deu o nome de “Ano Internacional das Pessoas Deficientes” ao ano de 1981. E o mundo achou difícil começar a dizer ou escrever “pessoas deficientes”. O impacto desta terminologia foi profundo e ajudou a melhorar a imagem destas pessoas.</p>	<p>“pessoas deficientes”. Pela primeira vez em todo o mundo, o substantivo “deficientes” (como em “os deficientes”) passou a ser utilizado como adjetivo, sendo-lhe acrescentado o substantivo “pessoas”. A partir de 1981, nunca mais se utilizou a palavra “indivíduos” para se referir às pessoas com deficiência.</p>	<p>Foi atribuído o valor “pessoas” àqueles que tinham deficiência, igualando-os em direitos e dignidade à maioria dos membros de qualquer sociedade ou país. A Organização Mundial de Saúde (OMS) lançou em 1980 a Classificação Internacional de Impedimentos, Deficiências e Incapacidades, mostrando que estas três dimensões existem simultaneamente em cada pessoa com deficiência.</p>
<p>De ± 1988 até ± 1993. Alguns líderes de organizações de pessoas com deficiência contestaram o termo “pessoa deficiente” alegando que ele sinaliza que a pessoa inteira é deficiente, o que era inaceitável para eles.</p>	<p>“pessoas portadoras de deficiência”. Termo que, utilizado somente em países de língua portuguesa, foi proposto para substituir o termo “pessoas deficientes”. Pela lei do menor esforço, logo reduziram este termo para “portadores de deficiência”.</p>	<p>O “portar uma deficiência” passou a ser um valor agregado à pessoa. A deficiência passou a ser um detalhe da pessoa. O termo foi adotado nas Constituições federal e estaduais e em todas as leis e políticas pertinentes ao campo das deficiências. Conselhos, coordenadorias e associações passaram a incluir o termo em seus nomes formais.</p>
<p>De ± 1990 até hoje. O art. 5º da Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/9/01, explica que as</p>	<p>“pessoas com necessidades especiais”. O termo surgiu primeiramente para substituir</p>	<p>De início, “necessidades especiais” representava apenas um novo termo. Depois, com a vigência da</p>

necessidades especiais decorrem de três situações, uma das quais envolvendo dificuldades vinculadas a deficiências e dificuldades não-vinculadas a uma causa orgânica.	“deficiência” por “necessidades especiais”. daí a expressão “portadores de necessidades especiais”. Depois, esse termo passou a ter significado próprio sem substituir o nome “pessoas com deficiência”.	Resolução nº 2, o termo “necessidades especiais” passou a ser um valor agregado tanto à pessoa com deficiência quanto a outras pessoas.
ÉPOCA	TERMOS E SIGNIFICADOS	VALOR DA PESSOA
Mesma época acima. Surgiram expressões como “crianças especiais”, “alunos especiais”, “pacientes especiais” e assim por diante numa tentativa de amenizar a contundência da palavra “deficientes”.	“ pessoas especiais ”. O termo apareceu como uma forma reduzida da expressão “pessoas com necessidades especiais”, constituindo um eufemismo dificilmente aceitável para designar um segmento populacional.	O adjetivo “especiais” permanece como uma simples palavra, sem agregar valor diferenciado às pessoas com deficiência. O “especial” não é qualificativo exclusivo das pessoas que têm deficiência, pois ele se aplica a qualquer pessoa.
Em junho de 1994. A Declaração de Salamanca preconiza a educação inclusiva para todos, tenham ou não uma deficiência.	“ pessoas com deficiência ” e pessoas sem deficiência, quando tiverem necessidades educacionais especiais e se encontrarem segregadas, têm o direito de fazer parte das escolas inclusivas e da sociedade inclusiva.	O valor agregado às pessoas é o de elas fazerem parte do grande segmento dos excluídos que, com o seu poder pessoal, exigem sua inclusão em todos os aspectos da vida da sociedade. Trata-se do empoderamento.
Em maio de 2002. O Frei Betto escreveu no jornal O Estado de S.Paulo um artigo em que propõe o termo “portadores de direitos especiais” e a sigla PODE. Alega o proponente que o substantivo “deficientes” e o adjetivo “deficientes” encerram o significado de falha ou imperfeição enquanto que a sigla PODE exprime capacidade. O artigo, ou parte dele, foi reproduzido em revistas especializadas em assuntos de deficiência.	“ portadores de direitos especiais ”. O termo e a sigla apresentam problemas que inviabilizam a sua adoção em substituição a qualquer outro termo para designar pessoas que têm deficiência. O termo “portadores” já vem sendo questionado por sua alusão a “carregadores”, pessoas que “portam” (levam) uma deficiência. O termo “direitos especiais” é contraditório porque as pessoas com deficiência exigem equiparação de direitos e não direitos especiais. E mesmo que defendessem direitos especiais, o nome “portadores de direitos especiais” não poderia ser exclusivo das pessoas com deficiência, pois qualquer outro grupo vulnerável pode reivindicar direitos especiais.	Não há valor a ser agregado com a adoção deste termo, por motivos expostos na coluna ao lado e nesta. A sigla PODE, apesar de lembrar “capacidade”, apresenta problemas de uso: 1) Imaginem a mídia e outros autores escrevendo ou falando assim: “Os Podes de Osasco terão audiência com o Prefeito...”, “A Pode Maria de Souza manifestou-se a favor ...”, “A sugestão de José Maurício, que é um Pode, pode ser aprovada hoje ...” 2) Pelas normas brasileiras de grafia de siglas, a sigla PODE precisa ser grafada “Pode”. Norma: Toda sigla com mais de 3 letras, pronunciada como se fosse uma palavra, deve ser grafada em caixa baixa com exceção da letra inicial.
De 1990 até hoje e além. A década de 90 e a primeira década do século 21 e do Terceiro Milênio estão sendo marcadas por eventos mundiais, liderados por organizações de pessoas com deficiência. A relação de documentos produzidos nesses eventos pode ser vista no final deste artigo.	“ pessoas com deficiência ” passa a ser o termo preferido por um número cada vez maior de adeptos, boa parte dos quais é constituída por pessoas com deficiência que, no maior evento (“Encontro”) das organizações de pessoas com deficiência, realizado no Recife em 2000, conclamaram o público a adotar este termo. Elas esclareceram que não são “portadoras de deficiência” e que não querem ser	Os valores agregados às pessoas com deficiência são: 1) o do empoderamento [uso do poder pessoal para fazer escolhas, tomar decisões e assumir o controle da situação de cada um] e 2) o da responsabilidade de contribuir com seus talentos para mudar a sociedade rumo à inclusão de todas as pessoas, com ou sem deficiência.

	chamadas com tal nome.	
--	------------------------	--

Fonte: SASSAKI (2013).

Mundialmente, os movimentos de pessoas com deficiência, incluindo os do Brasil, estão debatendo o nome pelo qual elas desejam ser chamadas, isso se comprova pelas normativas, declarações e tratados existentes, e já fecharam a questão: querem ser chamadas de “pessoas com deficiência” em todos os idiomas. E esse termo faz parte do texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006.

Os motivos para aderirem essa nomenclatura são diretos e objetivos, dentre eles está o de não esconder ou camuflar a deficiência, não serem tratados como vítimas, ou serem consolados como algo normal que todos têm. Aceitam e admitem que sejam pessoas com deficiência, mas com dignidade e uma realidade diferente, e querem que valorizem suas diferenças e necessidades decorrentes desta deficiência. Esse termo “pessoa com deficiência” esta associado a um certo empoderamento, uma vez que pressupõe o uso do poder pessoal de fazer escolhas, tomar decisões e assumir o controle da situação de vida de cada um.

A unificação de uma nomenclatura para todos eles defende a igualdade entre as pessoas com deficiência e as demais pessoas em termos de direitos e dignidade. Concordo que “pessoas com deficiência” seja a mais oportuna nomenclatura dentre as outras, por exemplo, ditam “portadores de deficiência”, acredito não ser o ideal, pois ninguém porta uma deficiência, compra em loja e sai portando porque simplesmente quer, assim como uma pessoa não porta a cor dos olhos, o tipo de cabelo. Outras tantas nomenclaturas existem como “pessoas especiais”, que acaba por inferiorizar ou tratar de tal forma para que essas pessoas se consolem, ou mesmo o primeiro termo utilizado “inválido”, no sentido de inútil e sem valor profissional. Enfim, o que fica explícito nos movimentos cada vez mais, é que eles querem ser tratados tais como são, mas com respeito dignidade e seus direitos garantidos.

Assim pessoas com deficiência como devem ser chamados, são aquelas que têm impedimentos, de longo prazo, de natureza física, intelectual, mental ou sensorial. Elas originam de diferentes formas, genética, durante a gestação, no decorrer do parto, na vida adulta podem ser consequência de doenças transmissíveis ou crônicas, perturbações psiquiátricas, desnutrição, abusos de drogas, traumas ou lesões. Além daquelas provocadas por acidentes, os de trânsito estão entre as principais causas de deficiência física em pessoas adultas no mundo. (PARANÁ, 2016)

Os tipos de deficiências podem ser classificados de acordo com a área específica que

afetam no organismo, sendo: Deficiência Auditiva; Deficiência Visual; Deficiência Intelectual; Deficiência Psicossocial ou por Saúde Mental; Deficiência Múltipla e Deficiência Física, sendo esta última a deficiência física que iremos nos deter a partir de agora, sendo que é a que está mais presente em nossa realidade na Universidade. E agora sabendo como nos dirigir às pessoas com deficiência a partir da discussão sobre a nomenclatura, falaremos sobre o que é a Deficiência Física.

3.1 DEFICIÊNCIA FÍSICA, CARACTERIZAÇÃO E FORMAS DE RELACIONAMENTO

Neste trabalho, discutiremos a respeito de pessoas com comprometimento de função motora que caracteriza a deficiência física. Assim a deficiência física, como deve ser tratada, é regulamentada pelo Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, no Art. 4º primeiro parágrafo em que conceitua a deficiência física como sendo:

(...) a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004).

Lembramos que a deficiência física não deve ser generalizada e englobar qualquer tipo de deficiência (auditiva, visual, intelectual, psicossocial/mental ou múltipla), pois cada uma delas tem as suas especificidades.

Assim como as demais deficiências, as pessoas com deficiência física necessitam de alguns cuidados, mas ao mesmo tempo não aceitam serem muito dependentes de ajuda, a coleção Paraná Inclusivo em seu primeiro volume, indica algumas dicas de como se relacionar e se comportar com essas pessoas:

1. Não se apoie na cadeira de rodas. Isso pode causar incômodo à pessoa com deficiências;
2. Nunca movimente a cadeira de rodas sem antes pedir permissão e perguntar como deve proceder;
3. Se estiver acompanhando uma pessoa que anda devagar, em cadeira de rodas ou use muletas, procure acompanhar seu ritmo;
4. Se estiver conversando com uma pessoa em cadeira de rodas, sente-se também, de modo que seus olhos fiquem no mesmo nível do olhar do cadeirante;
5. Mantenha as muletas ou bengalas sempre próximas à pessoa com deficiência;

6. Use palavras como “correr” e “andar” naturalmente. As pessoas com deficiência física também usam esses termos;
7. A pessoa com paralisia cerebral pode apresentar alguma dificuldade na comunicação. No entanto, na maioria das vezes, o seu raciocínio está intacto. Caso não compreenda o que diz, peça que repita ou escreva, respeitando o ritmo de sua fala. (PARANÁ, 2016)

Só assim, compreendendo a diversidade humana como um conjunto das diferenças e particularidades individuais que a caracterizam as pessoas como seres únicos e singulares, nós respeitando e buscando o bem do próximo é que progrediremos e não repetir histórias de discriminação e preconceito, mas fazer uma nova história.

A partir de agora, citando-os como pessoas com deficiência física, buscaremos novas compreensões sobre nossa pesquisa relacionada à inclusão dessas pessoas nos ambientes escolares a partir de alguns aspectos históricos e educacionais do ensino que demonstram como a deficiência física vem sendo pensada e discutida, nas escolas de educação básica e ensino superior.

4 ALGUMAS CONQUISTAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: NORMATIVAS E MOVIMENTOS

Como já mencionado período estudado foi o de 2006 a 2016, inferimos que essa temática ganha força nas pesquisas acadêmicas, assim como, nas políticas públicas em Educação Especial, movimentos de associações de pais, e normativas aprovadas no âmbito federal e estadual em nosso país.

Até o século XVIII as pessoas com deficiência eram simplesmente excluídas, vistas como um mal maior à sociedade, consideradas imperfeitas e vítimas de muito preconceito, talvez um pouco por ignorância das pessoas ou até mesmo pelo fato de que o conhecimento científico ainda não era tão difundido nesta época. Ainda hoje, em pleno século XXI, percebemos posicionamentos que classificam esses sujeitos como sendo diferentes, portadores de anomalias, incapazes. OHL *et al.* (2009, p. 2), relata que:

As pessoas com deficiência têm vivido, predominantemente, sob o signo da marginalidade. Tal condição atinge-as sob a forma de preconceito: desrespeito, ausência de garantia de direitos e rebaixamento sociopolítico são marcas fortemente presentes, isso porque a atenção está voltada para aquilo que imaginamos ser o impedimento, a incapacidade da pessoa e não para seus potenciais e capacidades.

Isso fica ainda mais explícito quando nos deparamos com a nossa realidade, crianças, jovens e adultos são excluídos diariamente de nossa sociedade, de locais públicos, eventos, atividades de esporte e lazer, e não por suas limitações, mas infelizmente por esses motivos citados por Ohl, preconceito, indiferença, desrespeito, e por muitos os considerarem incapazes. Prova disto está nos dados consultados através de conversa informal na secretaria de educação de nosso município de Realeza, pudemos constatar que o número de crianças com deficiência que comprometem a função motora e estão matriculados no Ensino Regular é mínimo, apenas uma criança (cadeirante) e uma sala para atendimento de surdos. Os demais, inclusive os cegos, estão todos matriculados na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Nas escolas de ensino fundamental e médio regular do Estado a história se repete, em uma das (cinco) escolas consultadas, mais de 20 (vinte) alunos com deficiências matriculadas, mas nenhum com comprometimento da função motora. Na APAE as matrículas passam um total de 150 alunos, sendo mais de 75 % com deficiência física.

O que mais nos surpreende, sabendo que o número de pessoas com deficiência é muito maior do que os matriculados em escolas é a exclusão do meio social, estas pessoas não são vistas no dia a dia a não ser nesses espaços de Educação, são limitadas e excluídas acreditamos que pela própria família, não os integram em espaços como praças, igrejas, parques, su-

permercados, e muito menos os inserem num ambiente escolar de ensino regular.

Em nossa Universidade, pelo que podemos observamos até então é muito acessível em todos os sentidos, sendo que temos 3 (três) alunos com deficiência física inseridos, técnicos e professores com surdes e cegueira. Apenas um destes estudantes está matriculado num dos cursos de licenciatura, isto é, no curso de Licenciatura em Química, o que nos enche de orgulho e nos motivou a fazermos esse trabalho. São dados importantes e que nos motiva acreditar ainda mais, que sim eles podem e têm o direito de possuir um ensino superior e de qualidade, ROCHA e MIRANDA (2009, p. 4), comentam a respeito da inclusão em universidades:

[...] o atendimento apenas a infraestrutura espacial, não conseguem minimizar a exclusão destes alunos no ensino superior, aspectos como as condições didático-pedagógica de trabalho de professores, comprometido pela falta de tecnologias de ajuda para operacionalização de um processo de aprendizagem e inclusão deste aluno de modo pleno, se encontra entre as principais obstáculos verificadas em seu estudo.

Concordamos com os autores, verificamos isso na realidade de nossa Universidade, nosso curso de Licenciatura em Química por exemplo ainda não possui um currículo pensado na Educação Especial, mesmo considerando ser ressentente a implantação do curso e da própria Universidade e a grande rotatividade de professores, é urgente se pensar e planejar um currículo e um Projeto Político Pedagógico para formação de professores para Educação Química e para o acolhimento de estudantes com deficiência, além de incentivar e buscar professores capacitados na área, acreditamos que é por meio de diálogos e lutas incansáveis que atualmente conseguiu-se que muito direitos tenham sido conquistado pela sociedade, mas infelizmente ainda é um início e muitas barreiras atitudinais precisam ser quebradas.

Considerando o contexto excludente que estava sendo vivenciado é que organizações e diálogos começaram a se formar para argumentar em favor dos direitos de pessoas deficientes, especialmente no que se trata do acesso ao ensino regular e superior.

Infelizmente normativas que garantissem o acesso desses alunos em escolas de ensino básico e universidade tardaram e muito em chegar ao nosso país e garantir por direito um ensino de qualidade a essas pessoas, e mesmo assim muito pouco se tem discutido e feito e prol dessa situação. Nosso recorte de pesquisa infere nesse ponto o período que vai de 2006 a 2016 é exatamente onde essa temática ganha força nas pesquisas acadêmicas, assim como, nas políticas públicas em Educação Especial que demarcam o século XXI.

Após a década de 90, foram formuladas as principais legislações específicas para as pessoas com deficiência, que preconizam a sua inclusão na sociedade, por meio da igualdade de oportunidades, dentre tantos documento podemos destacar: A Constituição da República

Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988; em 1990, em Jomtien, na Tailândia, foi realizada a Conferência Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1998) que culminou em um documento que declara a responsabilidade de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tal documento internacional influenciou na elaboração de políticas públicas para a educação no Brasil (CAIADO, 2014); O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei 8.069/90; A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996; As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, de 2001.

Em âmbito internacional, dos quais o Brasil é signatário, destacamos: A Declaração de Salamanca, aprovada no dia 10 de junho de 1994 em Salamanca na Espanha e; A Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência, decreto n.º. 3956, de 8 de outubro de 2001; Em 2002, tiveram-se avanços em relação ao processo formativo docente por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (BRASIL, 2002) e em 2008, foi elaborada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014).

Apesar da vasta leva de documentos, ROCHA e MIRANDA (2009, p. 2) argumentam:

[...] a consecução do processo de inclusão de todos os alunos na escola básica ou na universidade não se efetua apenas por decretos ou mesmo leis, pois requer uma mudança profunda na forma de encarar a questão e de propor intervenções e medidas práticas com a finalidade de transpor as barreiras que impedem ou restringem o acesso e permanência de pessoas com deficiência.

Todos esses ordenamentos jurídicos foram publicados pouco antes do período analisado, concordamos com os autores citados, quando dizem que apenas isso não basta, mas evidência a tendência atual quanto à educação das pessoas com deficiência, ser realizada nas classes comuns do ensino regular e superior, e por isso nosso anseio de querer discutir e contribuir para o alcance do acesso e permanência de pessoas com deficiência na educação básica e ensino superior.

As lutas não podem cessar, precisamos fazer valer na prática todas essas conquistas históricas, precisamos relatar, precisamos divulgar, precisamos buscar conscientizar, sensibilizar, precisamos publicar, e pesquisar cada vez mais a respeito não apenas da deficiência física mas de todas as que existem, só assim teremos argumentos para contribuir nesta causa tão justa que é a igualdade para todos, independente de raça, cor, deficiência, religião ou classe social. Dito isto nortearemos agora o caminho percorrido em nossa pesquisa.

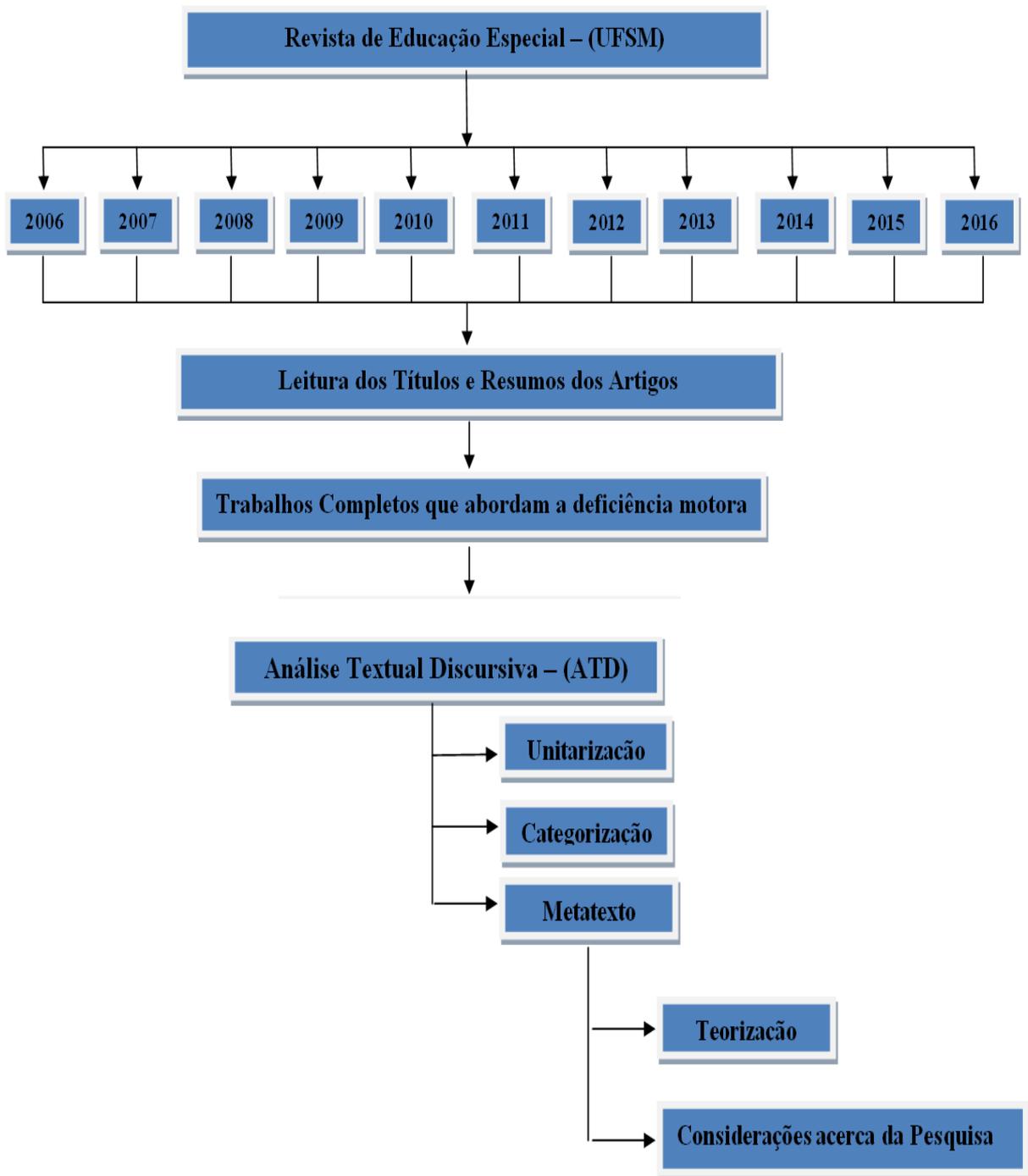
5 METODOLOGIA DE PESQUISA: CAMINHOS E DESAFIOS

A nossa preocupação nesse processo de pesquisa é saber se a deficiência física é abordada na REE e de que forma, considerando a grande relevância da Revista Educação Especial (REE) da UFSM nos estudos de diferentes temáticas educativas com pessoas com deficiências. Como já relatado escolhemos essa revista e não outra principalmente devido a escassez de informações em periódicos na área da Educação em Ciências e Educação Química acerca da inclusão de estudantes com deficiência física na sala de aula. Numa primeira análise nos periódicos considerados por nós mais importantes em termos de publicização do conhecimento nessas áreas sequer conseguimos encontrar artigos acerca da inclusão de deficientes físicos. O que mais encontramos são trabalhos com estudantes cegos e surdos.

Optamos por uma pesquisa qualitativa (Ludke *et al.*, 1986) e documental no sentido de compreendermos através de outros referenciais teóricos o nosso problema de pesquisa, ou seja, a respeito da inclusão desses estudantes na sala de aula, proporcionou ampliarmos os nossos entendimentos, bem como percebemos os limites e as potencialidades acerca disso. Contudo, poderemos mencionar novamente o nosso objeto de estudo que é a Revista de Educação Especial (REE) da Universidade Federal da Santa Maria (UFSM) no RS, sendo que nosso corpus de pesquisa são os artigos publicizados nos anos de 2006 a 2016, isso por considerarmos o movimento de democratização da inclusão na escola e na universidade que começou de certo modo antes desse período, totalizando vinte e nove revistas, como segue no Apêndice A.

Em cada edição da revista, foram analisados os títulos e resumos dos artigos nela publicados, sendo analisados 343 títulos, sendo selecionados 101 artigos que contemplavam de alguma forma a deficiência física, algumas mais generalizadas, outras focando na acessibilidade de alunos com todos os tipos de deficiência. Dentre estes apenas três abordaram a deficiência física mais especificamente: 1 “Acessibilidade de um cadeirante em uma instituição pública do ensino superior: rotas e rotinas”, 2 “Aulas de educação física e inclusão: um estudo de caso com a deficiência física”, 3 “Relação entre o perfil funcional, função motora grossa e habilidade manual dos alunos com paralisia cerebral”. E para melhor conhecer nosso caminho de investigação a Figura 1 traz de forma sistematizada os passos percorridos.

Figura 2 – Diagrama do caminho da Investigação.



Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

A Análise Textual Discursiva (ATD) tem papel fundamental em nossa pesquisa, nos possibilita desconstruir vários significados e reconstruir e construir novos sentidos no processo de investigação de modo a que cheguemos a um foco principal de discussão, são várias as etapas desde a escolha do documento a ser analisado, a leitura, apreciação,

desmontagem do texto em unidades de significados até as categorizações finais, onde temos de optar por apenas uma, por ser inviável trabalharmos tudo que envolve a deficiência física, detalharemos agora sobre a contribuição da ATD em nosso trabalho.

5.1 A CONTRIBUIÇÃO DA ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA (ATD)

A cada movimento da análise sempre estivemos buscando responder nossa inquietude “Como a deficiência física vem sendo abordada nos trabalhos da Revista de Educação Especial – REE”? Após a análise exploratória da revista, optamos pela ATD para analisar as informações empíricas dos trabalhos escolhidos.

“A análise textual discursiva é uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa que são a análise de conteúdo e a análise de discurso. Existem inúmeras abordagens entre estes dois polos, que se apoiam de um lado na interpretação do significado atribuído pelo autor e de outro nas condições de produção de um determinado texto”. (MORAES E GALIAZZI, p.118, 2006).

É um processo de desmontagem, em que o pesquisador se faz sentir parte integrante da produção textual reconstruindo ideais, articulando conteúdos e assim entendendo cada vez melhor o problema da pesquisa e o caminho que está sendo trilhado.

A análise textual discursiva é um processo que se inicia com uma unitarização em que os textos são separados em unidades de significado. Estas unidades por si mesmas podem gerar outros conjuntos de unidades oriundas da interlocução empírica, da interlocução teórica e das interpretações feitas pelo pesquisador.

Depois da realização desta unitarização, passa-se a fazer a articulação de significados semelhantes em um processo denominado de categorização. Neste processo reúnem-se as unidades de significado semelhantes, podendo gerar vários níveis de categorias de análise. Moraes e Galiazzi (2006 p. 118), citam que a análise textual discursiva tem no exercício da escrita seu fundamento enquanto ferramenta mediadora na produção de significados e por isso, em processos recursivos, a análise se desloca do empírico para a abstração teórica, que só pode ser alcançada se o pesquisador fizer um movimento intenso de interpretação e produção de argumentos. Este processo todo gera meta-textos.

Assim, baseados nos passos da ATD iniciamos o processo levantando palavras chaves dos 101 artigos selecionados no processo de exploração, e em seguida fomos agrupando por similaridades até chegar a 5 categorias, após nos detemos apenas aos três artigos que falavam exclusivamente das pessoas com deficiência física, os quais já foram citados no trabalho, realizamos uma leitura atenta destes e produzimos 57 unidades de sentido que foram sendo reu-

nidas até chegar em 5 categorias, que somadas as 5 elencadas anteriormente, totalizando 10 categorias iniciais, que ao final foram agrupadas em apenas 3 categorias finais, conforme mostra o quadro 2:

Quadro 2– Categorias emergidas.

Categorias iniciais	Categorias finais
1. Políticas Educacionais para alunos com deficiência física no Brasil.	1. Deficiência Física no Brasil, políticas Educacionais e suas normativas.
2. Necessidades Educacionais Especiais (NEE) de alunos com deficiência física.	
3. Deficiência Física no Brasil, conquistas de direitos por normativas.	
4. Currículo. O que fala sobre as NEE de pessoas com deficiência física	2. Inclusão de alunos com deficiência física.
5. Inclusão Escolar de alunos com deficiência física. Do ensino básico ao ensino superior.	
6. Integração X preconceito Sociedade	
7. Arquitetura escolar e a acessibilidade de alunos com deficiência física.	
8. Práticas Docentes e Formação de Professores	3. Práticas Docentes e a Formação inicial e continuada de Professores para inclusão de alunos com deficiência física.
9. Formação inicial e continuada de professores	
10. Metodologias inclusivas	

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

Nesse processo, optamos por discutir e teorizar acerca de apenas uma das categorias, que se intitula ***“Práticas Docentes e a Formação inicial e continuada de Professores para inclusão de alunos com deficiência física”*** no sentido de trazer considerações a respeito das propostas pedagógicas no atendimento Educacional Especializado nas escolas públicas e que garanta a implementação da educação inclusiva, pois acreditamos que é fundamental para respondermos nosso problema inicial, sendo que os professores têm papel essencial na inclusão desses alunos. No entanto, as outras duas não são menos importantes, e poderão ser dialogadas em outro momento.

Nesse momento iniciamos a construção do metatexto que possibilitará com a ajuda de outros teóricos alcançarmos outro objetivo, o de discutir a formação de professores no sentido de repensarmos o trabalho que vem sendo realizado, problematizando as necessidades específicas e dificuldades de aprendizagem de alunos com deficiência física. E também chegarmos a maiores considerações sobre nosso problema de pesquisa inicial.

6 UM OLHAR ESPECIAL AO ENSINO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

No decorrer de nossa investigação que tem como objetivo inicial compreender como REE vem discutindo a inclusão de pessoas com deficiência física no Ensino Regular podemos destacar a falta de preocupação dos autores quanto a formação de professores para atuar junto a estes alunos, e efetivarmos a Educação Inclusiva.

É mais que evidente, que ao nos depararmos com o significativo número de pessoas com esta deficiência, que a inclusão destes no ensino regular vai muito mais além de uma arquitetura escolar bem planejada. Pois além da deficiência física ocupar pouco espaço como objeto central das pesquisas apresentadas pela revista, o que mais nos preocupou foi a escassa relevância dada a formação de professores nos três artigos selecionados. Assim não inferiorizando as outras categorias emergidas, acreditamos que se faz necessário ampliar a análise na categoria *“Práticas Docentes e a Formação inicial e continuada de Professores para inclusão de alunos com deficiência física”*, para ajudarmos ainda mais na divulgação de pesquisas com esse tema, e quem sabe contribuirmos para reformulação/reestruturação de cursos e programas de formação de professores.

Tendo como base a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), que avança nas discussões sobre Educação Especial, firmando o compromisso dos governos em viabilizarem a inclusão educacional de pessoas com deficiência no ensino regular, defendemos e apoiamos essa luta, pois é no ensino regular que se constitui meios eficazes de combater atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos.

MALACARNE e STRIEDER (2015), são criteriosos ao defenderem a perspectiva da educação inclusiva, concordam com nós no sentido de que “(...) o Estado deveria garantir o suporte necessário em todas as unidades escolares no que diz respeito à estrutura, currículo, recurso humano, profissionais especializados e demais necessidades da pessoa com deficiência”.

Contudo, mesmo com a declaração e tantos outros documentos normativos que garante o direito de ensino de qualidade a pessoa com deficiência, sabe-se que os indicativos apontados por pesquisas, por exemplo, a busca informal de informações que realizamos na cidade de Realeza mostram um contexto histórico que reflete rastros contraditórios entre a inclusão e integração dos alunos com deficiência nas escolas. São 239 pessoas cadastradas no Benefício de Prestação Continuada (BPC) do município com deficiência, sendo aproximadamente 150 matriculados na APAE, e das pessoas com deficiência física, apenas uma está matriculada no en-

sino regular¹.

Em linhas gerais, acreditamos que a formação de professores é um dos pontos críticos que devem ser pensado para efetivação das políticas inclusivas em nosso município, e em todo Brasil. O que enfatiza ainda mais a urgente necessidade de formação de professores pensada nessas exigências do contexto atual. Por isso, nesse trabalho de pesquisa de TCC procuramos elencar alguns caminhos no sentido de entendermos com mais intensidade a inserção de alunos com deficiência física na sala de aula, especialmente.

MACIEL (2000), a respeito da inclusão, aposta também no sentido de que o sistema educacional demanda mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, e que incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas.

Sublinhamos novamente que a inclusão escolar de alunos com deficiência física não é apenas a inserção destes em sala de aula, de modo a cumprir determinações legais, “deve-se lembrar, sempre, que o princípio fundamental da sociedade inclusiva é o de que todas as pessoas portadoras de deficiência devem ter suas necessidades especiais atendidas”. MACIEL (2000), fala sobretudo do direito de um processo de ensino de qualidade, que pressupõe professores preparados e capacitados para recebê-los. E que da mesma forma estes professores estejam amparados instrumentalmente e o apoio de outros professores de diferentes áreas do conhecimento, bem como outros profissionais (médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos, fonoaudiólogos, psiquiatras, assistentes sociais, etc) no intuito de contribuir num processo mais amplo na formação desses alunos.

Isso proporcionaria garantirmos as condições necessárias para o processo de ensinar e de aprender de todos os alunos, com ou sem deficiência. Sobretudo, argumentamos em favor de um processo de inclusão na sala de aula de Química, bem como de outras quaisquer áreas do conhecimento, que proporcione uma relação de igualdade entre todos os alunos, ou seja, de maneira alguma estamos pensando numa proposta diferenciada aos alunos com necessidades especiais ou deficiências, mas uma organização pedagógica que contemple as suas limitações e potencialidades, assim como permita que os demais colegas aprendam com eles.

Assim, considerando os aspectos mencionados acima, este trabalho compreende questões que vão além de apenas incluir pessoas com deficiência física, mas discutir a contribuição da formação de professores em relação à área de Educação Especial e Educação Inclusiva, tendo como base os artigos encontrados na Revista Educação Especial (REE).

¹As informações acerca dos alunos com necessidades especiais ou deficiências físicas foram obtidas numa conversa informal com as Secretarias de Educação e Assistência Social do município de Realeza – PR.

Partimos então para algumas questões de pesquisa que surgiram: A formação de professores é citada nos três artigos selecionados? De que maneira a formação de professores é abordada? Quais as dificuldades e potencialidades de um professor que tem em sala de aula uma pessoa com deficiência física? O que se tem discutido e defendido até então por outras pesquisas, fora da Revista de Educação Especial? Como podemos contribuir para amenizar esta situação?

Os caminhos que seguem no trabalho são referentes às categorias emergentes no processo de pesquisa de acordo com a Análise Textual Discursiva (Moraes e Galiazzi, 2007), sendo que baseado na perspectiva dos autores organizamos um meta-texto.

6.1 FORMAÇÕES DOCENTE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: SUAS DIFICULDADES E POTENCIALIDADES PARA SALA DE AULA COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Entendemos que precisamos explorar as diferenças dos alunos na sala de aula, mas é importante ao mesmo tempo reconhecer as potencialidades de cada pessoa. Desde a Educação Infantil até o Ensino Médio (Educação Básica) isso é extremamente importante, bem como na graduação (Ensino Superior). Independente do nível de ensino, ou seja, Educação Básica ou Ensino Superior é essencial que os professores valorizem outras formas de ensinar e de aprender no intuito de engajar todos os alunos nos processos educativos, fomentando assim mais diálogos na sala de aula e reconhecendo as peculiaridades de cada um num movimento de um trabalho coletivo e cooperativo.

IACONO e SILVA (2014, p. 57) apostam que:

[...] o tema Formação de Professores para a Educação Especial/Educação Inclusiva é um dos mais relevantes, pois há uma fala recorrente entre os professores de que eles não se encontram preparados para receber os alunos com deficiências/necessidade especiais. [...] Essa temática, no entanto, não tem sido objeto de preocupação e responsabilização por parte do Estado brasileiro [...].

Na perspectiva da Educação Especial, nossas compreensões são as mais diversas, a partir das leituras realizadas durante o processo de pesquisa, das experiências e diálogos vivenciados com os professores e os colegas licenciandos durante a formação acadêmica, em eventos da área da Educação Química, no próprio Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e em outros espaços que se preocupam com a formação de professores.

As discussões a seguir trazem algumas unidades de sentido que surgiram durante a

análise dos três trabalhos selecionados, e diálogos com outros autores pesquisadores dessa área de formação de professores. Acreditamos que esse momento será de suma importância para nossa formação como professores, pois foram poucos os momentos que se debateu a respeito da Educação Especial, inclusão, formação inicial e continuada de professores para o ensino de pessoas com deficiência na Universidade. Nosso curso de Química - Licenciatura no seu Projeto Pedagógico do Curso (PPC, 2012 p.33) pouco traz a respeito deste assunto, apenas um trecho do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), 2005:

[...] não há como construir uma sociedade livre, justa e solidária sem uma educação republicana, pautada pela construção da autonomia, pela inclusão e pelo respeito à diversidade. Só é possível garantir o desenvolvimento nacional se a educação for alçada à condição de eixo estruturante da ação do Estado de forma a potencializar seus efeitos. Reduzir desigualdades sociais e regionais se traduz na equalização das oportunidades de acesso à educação de qualidade (PDE, 2005)

O ensino de Química já é dito complicado por natureza, tendo de usar de diferentes artimanhas com os alunos para que se apropriem de diversos conteúdos (conceituais, atitudinais, procedimentais, éticos, morais, políticos religiosos, culturais, sociais, etc) durante um curto espaço de tempo que é destinado a este componente nas escolas de Educação Básica. Imaginemos um professor de Química sem uma formação pensada para inclusão de alunos com deficiência física, chegar a uma sala de aula e se deparar com esta situação? É uma questão realmente preocupante, pois precisa ser discutida e contemplada na proposta de currículo dos cursos de licenciaturas, especialmente do de Química.

Aranha (2005), afirma que para formarmos um aluno cidadão, capaz de usufruir dos seus direitos e deveres individuais e coletivos, é preciso um professor capaz de estimular a consciência crítica e o domínio efetivo do saber.

RIBEIRO e BENITE (2010), afirmam que é preciso considerar a formação do professor para a educação inclusiva como parte integrante do processo de formação geral, e não como um apêndice dos seus estudos ou um complemento. GONZÁVEL (2007), complementa que os educadores têm de adaptar as formas de trabalho ao nível de mobilidade que o aluno com deficiência apresenta, equilibrando a capacidade de compreensão e de movimento.

Concordamos e acreditamos que, além disso, cabe ainda aos professores contribuírem para a construção de uma escola de qualidade para todos, cooperando com o aprimoramento do sistema escolar no sentido de melhorar o acesso à educação das pessoas com deficiência, visto que é importantíssimo que na formação inicial destes professores haja uma preocupação com a Educação Inclusiva, assim como nos processos de formação continuada, isto é, que sejam baseados na realidade da escola e nas dificuldades que os professores enfrentam no seu

dia a dia, principalmente, neste caso em relação a inclusão.

No momento que analisamos os trabalhos dos colaboradores da pesquisa podemos destacar a preocupação de PALMA e LEHNHARD (2012, p.118) a respeito das suas aulas de Educação Física em que comenta que:

“As aulas foram sempre ministradas pela professora estagiária (do curso de Magistério) e acompanhadas pela professora titular da turma, já que os professores de Educação Física da escola não ministravam aulas para os Anos Iniciais. Em três (03) aulas observadas, as professoras contaram com o apoio da Educadora Especial da escola.”

Isso é o mais comum de se acontecer, as crianças com deficiência são incluídas, no ensino regular, e profissionais muitas vezes ainda não preparados para estas situações neste caso um estagiário, são deixados como responsáveis para “cuidar” destes alunos, enquanto os demais têm um professor formado em Educação Física. Neste caso o estagiário estava acompanhado de um Educador Especial da Escola, mas quem garante que em outros momentos, onde não estavam sendo investigados, esses profissionais estavam juntos.

Correia (2008), com vistas a esse problema, destaca que os educadores, os professores e os auxiliares de ação educativa necessitam de formação específica que lhes permita perceber minimamente as problemáticas que seus alunos apresentam, que tipo de estratégia devem ser consideradas para lhes dar resposta e que papel devem desempenhar as novas tecnologias nestes contextos. SILVA e SILVA (2014, p.77), comentam dessa importância da tecnologia no sistema educacional:

[...] o uso de tecnologias computacionais traz uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência, contribuindo para o acesso ao mercado de trabalho, à educação e ao lazer, possibilitando-lhes maior autonomia, acesso ao conhecimento e manifestação de sua capacidade produtiva.

Acreditamos que dentre os diferentes recursos educacionais existentes para pessoas com deficiência, o computador e seus softwares são as que tem mais possibilitado o acesso ao conhecimento sistematizado, para pessoas com deficiência física. Em “A pessoa com deficiência: aspectos teóricos e práticos”, ROSSETTO *et al* (p.63, 2013) também acredita que professores de alunos com deficiências físicas, especialmente as mais acentuadas, que comprometem sua capacidade de comunicação, devem utilizar recursos tecnológicos como comunicação alternativa ou aumentativa/ampliadas.

Contudo, CARVALHO e TURECK (2014), lembram que apesar de toda a tecnologia desenvolvida desde os primórdios, a qual poderia potencializar a solução de problemáticas em torno da inclusão, o seu potencial é fragilizado frente a filosofia do atual modo de produção.

Dessa forma, realçamos que não apenas o professor precisa estar preparado para a atuação com a diversidade do alunado, no cotidiano da escola, mas todos os profissionais que ali atuam. Ou seja, no caso citado por PALMA e LEHNHARD (2012), que tipo de formação a escola quer dar a esses alunos, que durante aulas de Educação Física são deixados aos cuidados de estagiários.

No ensino de Química a situação não é diferente, são muitos os conteúdos a serem trabalhados e os alunos devem estar amparados para que consigam desenvolver as atividades propostas, assim aprendendo o máximo possível desses conteúdos tão presentes e importantes para compreender os fenômenos do dia a dia. RIBEIRO e BENITE (2010), falam da importância dos conteúdos não só de Química, mas do estudo de Ciências, “acreditamos que o ensino de ciências é essencial na educação para a cidadania, já que a participação efetiva na sociedade deve ser feita de modo racional, tendo o cidadão necessidades educativas especiais ou não”.

Assim como em todas as outras áreas do conhecimento, o professor de Química deve estar preparado para lidar com as diferenças dos alunos em sala de aula, inclusive com aqueles com necessidades educativas especiais, e, por isso, a importância de se discutirem as políticas educacionais de formação inicial de professores de ciência (RIBEIRO e BENITE, 2010).

Entretanto, destacamos que, para essa realidade se efetivar, os cursos de licenciatura em especial se retratando ao nosso de Química, mas para isso precisamos de projeto pedagógico pensado nisso, precisamos de professores preparados para formar professores para inclusão, ou seja, os professores formadores devem ser os primeiros a se prepararem.

Sabemos que essa luta não é fácil, são muitos os desafios que surgem ao professor e à escola ao incluírem um aluno com deficiência, mesmo este tendo uma formação pensada neste propósito de inclusão. MACEDO (2005) organiza em número de sete os maiores desafios à prática docente nesses aspectos, conforme mostra a tabela 2.

TABELA 2: Docência como profissão, desafios do ser professor com perspectivas na Educação Especial

Desafio 1	Atualizar compreensões e procedimentos sobre a escola e a prática docente. Como ensinar (e aprender) pela lógica da inclusão?
Desafio 2	Desenvolver novas habilidades e competências de ensino. Como ensinar em uma escola para todos?
Desafio 3	Ensinar em um contexto mais investigativo do que transmissivo. Como articular, no presente, o passado e o futuro?
Desafio 4	Desejar aprender e não apenas ensinar. Como praticar uma formação contínua e

	matizada?
Desafio 5	Tratar prática e reflexão como formas interdependentes de conhecimento. Como assumir uma prática reflexiva?
Desafio 6	Assumir prática e reflexão nos termos da Lei de tomada de consciência de PIAGET (1974/1979A). Como interiorizar e exteriorizar conhecimentos e saberes?
Desafio 7	A docência como profissão. Como superar a ideia de que ensinar é uma “simples” ocupação?

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

O professor, na realidade de sala de aula com seus alunos, enfrentam os mais variáveis problemas, muitas vezes tendo de improvisar, fazer alterações em seus planejamento, uma prática diária e pouco amparada, só ele sabe de quantas aulas preparou, sonhou, e não pode fazer como gostaria, mas, apesar disso, trabalha esperando o melhor para seus alunos. Nos dias de hoje, ser professor supõe saber enfrentar e resolver situações cada vez mais complexa, como citado por MACEDO (2005), é muitos os desafios, desde a formação inicial de professores que não prepara para a Educação Especial, à falta de amparo de materiais e estrutura física das escolas, e a aceitação em assumir ser um profissional reflexivo de sua própria prática docente.

Pouco tem se feito para colaborar com esses professores, GONZÁLEZ (2007), traz em seu livro, que além dos professores, os pais são os principais mediadores para que as restrições motoras não a impeçam de alcançar a máxima normalização, com desenvolvimento de suas possibilidades, e isso se dá com a pessoa com deficiência e a família assumindo suas limitações, e considerando princípios educacionais, os quais o autor cita como sendo cinco, conforme organizado no quadro 3.

Quadro 3: Princípios Educacionais a serem considerados pelos pais.

Princípio	Fundamento
Princípio de Individualização	Cada aluno possui um ritmo de aprendizagem respeitado pela pedagogia atual até mesmo para os ditos “normais”.
Princípio de realismo, utilitarismo e senso prático	É preciso ver o aluno tal como é e não como seria desejável que fosse. Devemos adequar os níveis de exigência educacional possibilidade reais e realistas de atuação.
Princípio de progressão	A educação desses alunos deve ser minuciosamente progressiva, devemos comprovar, passo a passo, a correta integração de conhecimentos e habilidades nos diferentes níveis de seu desenvolvimento
Princípio de flexibilização	Cada programa pedagógico deve considerar as modificações que vêm sendo produzidas no nível cognitivo, motor, sensibilidade, linguagem e emocional.
Princípio de interdisciplinaridade	Nada mais parece prejudicar o aluno com

	transtorno motores do que a falta de organização e coerência em seu projeto reabilitador e educativo.
--	---

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

Estes princípios elencados são de suma importância ser analisados e atendidos pelos profissionais que atuam com pessoas com deficiência e principalmente a família que são os que mais convivem com a realidade e especificidades das pessoas com deficiência, assim efetivando o direito de uma educação e vida de qualidade.

Após tantas leituras e experiências, não nós resta dúvida de que se precisa muito para alcançar nossos objetivos, mas a partir do âmbito familiar, educacional e social podemos avançar e muito no sentido de dar melhores condições de vida a essas pessoas com deficiência física.

CHILE (2007), nessa direção tenta nos ajudar trazendo destacado em seu livro “[...] todas as crianças devem participar junto com outras crianças de sua idade numa perspectiva de Educação para todos” [grifo nosso]. Uma frase de efeito, e que deve ser ponto de partida para se pensar uma formação de professores engajada nesta causa. Neste mesmo documento trazem algumas sugestões para uma das maiores inquietudes dos professores em relação ao processo de Educação Inclusiva (Quadro 4):

QUADRO 4 – Sugestões em relação ao processo de Educação Inclusiva

1	Considere o programa de formação de docentes, fornecendo ferramentas para atender a NEE e facilitar a integração de crianças com deficiências motoras.
2	Use ferramentas internas para gestão da informação, entrevistas, etc., para recolher fundo relevante de crianças com déficits motores e executar ajustes curriculares às necessidades educativos especiais apresentados.
3	Orientando a relação positiva e natural entre todos os membros das crianças escolar COM com NEE associados com deficiências motoras, evitando superproteção ou rejeição.
4	Enfatizar na comunidade educativa, os pontos fortes e potencial de desenvolvimento das crianças ou crianças com deficiência motora, evitando focando seus déficits ou problemas que ela apresenta.
5	Incentivar as crianças comportamentos de autonomia e independência apoio fornecendo estritamente necessário para o desenvolvimento normal no jardim ou na escola.
6	Trabalhando em colaboração com a equipa de integração e / ou equipe de professores, para profissionais e unidade educacional e instituições de reabilitação com a participação de crianças com deficiências motoras.
7	Compartilhar / as colegas os atualizados recursos, realizações, necessidades e desenvolvimento de crianças ou crianças com deficiência motora no estabelecimento de informação integrado. Incorporar a participação de crianças com deficiências motoras em várias atividades programadas dentro e fora do estabelecimento de ensino: passeios recreativos, passeios educativos, excursões, etc. (Chile, 2007. pg 22)

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

O professor que tem em sua sala uma pessoa com deficiência física, mais do que tudo deve ter comprometimento e amor pela profissão, pois de nada lhe adianta ter uma formação com preparo para essas situações, se lhe falta outras atribuições, e sua formação não foi significativa. É o que discute Miranda e Filho (2012), argumentando que muitos professores e professoras acreditam que devem receber a preparação para trabalhar com estudantes com deficiência a partir de uma formação profissional que, vinda de fora (orientações, direção, estado), dê a eles autonomia para atuar. Mas também, se verifica que tais processos de formação adquirem sentido, na medida em que se articula com os saberes que os educadores desenvolvem, tendo em vista as suas histórias de vida individual, as suas relações com a sociedade, com a instituição escolar, com os outros atores educativos e os lugares de formação.

COSTA e OLIVEIRA (2001), relata que professoras das escolas de Passo Fundo comentam as dificuldades em trabalhar com portadores de necessidades especiais, uma vez que não se sentem preparadas, pois não sabem nem como carregar este tipo de aluno, e algumas dizem que faltam trabalhos por parte dos órgãos competentes educacionais, para que pudessem prepará-las melhor para trabalhar com estes alunos.

Concordamos que há, sim, que se investir maciçamente na formação inicial e continuada do educador. Além dos direitos das pessoas com deficiência, temos de lembrar das políticas educacionais públicas, que garanta ao educador o direito ético da formação de qualidade. Uma formação que considere a diversidade, no caso específico do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação (MIRANDA; FILHO, 2012).

Só não podemos abrir mão desta luta, todos devemos lutar por esta causa ética. Iniciando pela necessidade de assegurar o acesso ao currículo escolar, por meio de práticas pedagógicas diferenciadas que atendam aos percursos de aprendizagem de cada estudante, e assim ter a garantia da aprendizagem de todos os alunos.

Ainda os autores anteriores concordam que tal situação que vivemos é um desafio, pois demanda professores detentores de conhecimentos teórico-práticos, bem como planejamentos coletivos, estratégias e metodologias de ensino e de processos de avaliação que possibilitem ao educador acompanhar o desenvolvimento de cada aluno que está em sala de aula. O desafio que se coloca para nós, educadores, é construir um espaço escolar onde a diferença, de qualquer natureza, possa existir, precisamos criar possibilidades, em vez de mantermos antigos estigmas e práticas.

Nesse sentido, a ação docente constitui-se como um possível movimento para a significação desses alunos como sujeitos de conhecimento, mas para isso precisamos buscar e lutar por uma formação inicial e continuada de professores capacitados para isso.

Pois o que podemos perceber a partir das reflexões realizadas, é que não apenas nosso curso de Química Licenciatura em questão, que ainda tem um longo caminho a percorrer até se adaptar às políticas de inclusão, mas a grande maioria dos professores. Por isso apostamos e incentivamos a Universidade e os cursos de formação de professores a adotarem ações estimulando o surgimento de pesquisas na área da educação inclusiva, e ainda destacar o fator mais importante que é ter um professor formado na área dentro desse espaço para viabilizar a instigação e formação de futuros professores para educação especial.

Ressaltamos que durante nosso trabalho, os pesquisadores contribuidores pouco retratam sobre a formação ou vivência de professores, sendo que dois dos três artigos selecionados falam a respeito das dificuldades apresentadas na arquitetura das escolas. Por isso decidimos por debater um pouco a respeito desse aspecto da inclusão de pessoas com deficiência, e que, com certeza, é um grande empecilho à inclusão nas escolas e universidades.

6.2 O ESPAÇO QUE CONVIVEMOS E SUA ACESSIBILIDADE

Para que o sucesso educativo se verifique, a escola tem que ajustar a sua prática para atender à diversidade, os professores formados e preparados para atender alunos com deficiência física nas aulas de química, precisam de uma escola com um mínimo acessibilidade arquitetônica, um laboratório preparado e equipado com profissionais que o auxiliem, materiais didáticos adaptados, pois sua formação por si só não basta para incluir um aluno com este tipo de especificidade no ensino regular.

Pensando nisso, e tendo como motivo relevante que dois dos três artigos que selecionamos discutem a respeito desta temática, que também emergiu como uma categoria final de nosso trabalho vamos, neste capítulo, analisar juntos aos atores contribuidores da pesquisa e outros teóricos a respeito das dificuldades arquitetônicas encontradas em escolas de ensino básico e universidades, especialmente nos espaços onde acontecem aulas de Química, seja sala de aula normal ou laboratórios.

CAMBRUZZI *et al.*(2013, p.2), ao investigar a realidade de uma Escola de Passo Fundo, relata que:

“O ideal seria que as escolas fornecessem as condições mínimas de acessibilidade. Segundo a legislação educacional vigente, a toda criança deve ser garantido o acesso, permanência e sucesso na escola. Mas, na prática isso não acontece, pois a mencionada “inclusão” do portador de necessidade é estigmatizada por não haver condições para o seu acesso e permanência nas escolas, sendo responsável pelo grande índice de evasão escolar.”

Infelizmente, os direitos de os deficientes físicos viverem em sociedade e terem direito à educação, como cidadãos que são, não é garantida pela arquitetura dos prédios das instituições de ensino. Marcos *et al.* (2007) relata que o portador de deficiência física motora é um dos indivíduos mais fortemente penalizados pela falta de acessibilidade do espaço urbano e edificado, pois sua mobilidade depende do uso de cadeira de rodas, muletas, alguns até independem desse tipo de auxílio, mas ao se depararem com barreiras físicas não conseguem acessar muitos espaços e acabam por desistir.

O conceito de barreiras físicas é dado por DISCHINGER (2009), como sendo elementos naturais ou construídos, que dificultam ou impedem a realização de atividades desejadas de forma independente. BRASIL (2004) complementa como sendo qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade das pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação.

Assim, nas escolas e instituições de ensino superior essas barreiras estão presentes quase que na maioria das repartições, da entrada aos banheiros, salas de aula a quadra de esportes, sendo a pior delas as escadarias. A eliminação dessas barreiras é muito importante, e na escola principalmente depende de muitas ações, e apoio especialmente das famílias e da comunidade, para que se avaliem os ambientes, se elaborem projetos e principalmente que se faça fiscalização, denúncias e cobrança dos órgãos competentes.

Amanda lembra ainda que é muito importante observar dada a heterogeneidade que apresentam as pessoas com deficiência física, as necessidades de utilizar dos diferentes tipos serviços durante suas rotas e rotinas, que possam ser previstas suas necessidades, como áreas de apoio, sem que cause impacto na acessibilidade e na vida acadêmica, garantindo assim a autonomia das pessoas desse grupo que também é diversa.

PALMA e LEHNHARD (2012, p.118), em sua pesquisa em aulas de Educação Física menciona uma situação enfrentada com um aluno com deficiência física por essa falta de acessibilidade.

“Na atividade desenvolvida na pracinha, foram as barreiras arquitetônicas que impediram a participação do mesmo. A pracinha não possui acessibilidade que, de acordo com Manzini (2005), é garantida pela situação da estrutura física nas escolas. A partir da falta de condições de acessibilidade, torna-se impossível que o aluno que possui deficiência física e a consequente dificuldade de locomoção, desfrute destes espaços como seus colegas sem deficiência.”

Muitas vezes, os professores são barrados de incluírem um aluno, não por falta de preparo, vontade ou instrumentos, mas pela falta de acessibilidade apresentada pelos espaços físicos em torno da escola, acabando por ter de escolher entre privar todos os alunos de uma atividade, ou deixar de lado o aluno com deficiência, impedido de realizar a atividade.

ROSSETTO *et al* (2014), comenta que é dever das escolas assegurarem rampas adequadas, telefones públicos, portas, banheiros e bebedouros adaptados, dentre tantas outras estruturas de fundamental importância à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais, especialmente com deficiência física, lembrando que sempre devem ser respeitadas as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) vigentes.

Quando pensamos em modelos de escolas e ambiente mais acessíveis, o primeiro aspecto que devemos levar em conta, são as diferenças das pessoas com deficiência física. Dischinger (2009) questionam situações diversas, tais como: Como chegar a um modelo universal, que sirva para todos, diante da proliferação das diferenças? Como estabelecer normas para todos, diante da nossa singularidade? Como definir padrões universais, sem produzir exclusões? Eis o grande desafio e, ao mesmo tempo, a ocasião oportuna de reconhecermos e convivemos com a ideia de incompletude de nossos projetos globalizantes/generalizadores.

É urgente cumprir as normas e a legislação de acessibilidade, e melhorar as condições de acesso e uso das escolas brasileiras, seja por meio de reformas das edificações existentes, seja da construção de novas escolas acessíveis. Essa urgência deve-se ao fato de que a maioria de nossas escolas funciona em edificações construídas anteriormente às novas normas, sem levar em consideração as necessidades de pessoas com deficiência. Para que isso ocorra, são necessárias a concessão de verbas para realização de obras e a difusão de conhecimento técnico específico aos profissionais responsáveis pela avaliação, projeto, fiscalização e manutenção dos espaços escolares.

Assim, o mais importante é sempre pensarmos como fazer para diminuir o grau de dificuldade que a pessoa enfrenta para realização de uma atividade devido às características físicas dos ambientes. Se uma escola possui, por exemplo, sala de recursos multifuncional, devem ser eliminadas todas as barreiras que possam dificultar o seu acesso por alunos com diferentes deficiências. Uma porta estreita deve ser substituída por uma que permita a passagem de uma cadeira de rodas. Se houver escada para chegar nessa sala, deve ser construída rampa ou plataforma elevatória; e, no início e final da escada e rampa, deve haver piso tátil alerta para informar pessoas com deficiência visual da presença de desnível.

Um das alternativas, que já vem sendo muito utilizada na inclusão de pessoas com deficiência é a Tecnologia Assistiva (TA). Pois Bersch (2007, p. 31), socializa conosco acerca dessa metodologia, sendo que:

“Tecnologia assistiva é uma expressão utilizada para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, conseqüentemente, promover vida independente e inclusão.”

A TA é composta de diversos recursos e serviços. O recurso segundo Bersch (2007) é o equipamento utilizado pelo aluno, que lhe permite ou favorece o desempenho de uma tarefa. Já o serviço de tecnologia assistiva na escola é aquele que buscará resolver os problemas funcionais do aluno, no espaço da escola, encontrando alternativas para que ele participe e atue positivamente nas várias atividades neste contexto.

Contudo, como já discutido no capítulo anterior deste trabalho, a maioria das pessoas que atuam nas escolas não estão preparadas, o que dificulta a aplicação da TA, pois ela necessita de profissionais formados para atender esses alunos e principalmente com criatividade para encontrar alternativas para que o aluno realize o que deseja ou precisa, quando problemas como os de acessibilidade arquitetônica surgirem. Por isso, reiteramos o argumento de que nos processos de formação de professores, ou seja, tanto inicial quanto continuado precisamos potencializar momentos diversos acerca dos processos educativos que se preocupem com a inclusão de alunos com necessidades especiais ou deficiências.

Nas aulas de Química, especialmente as experimentais realizadas em laboratório são grandes desafios para o professor que tem como aluno uma pessoa com deficiência física, mas a partir da TA, ele deve encontrar uma estratégia para que seu aluno possa fazer de outro jeito, valorizando o seu jeito de fazer e aumentando suas capacidades de ação e interação a partir de suas habilidades (BERSCH, 2007). Sobretudo, os professores precisam nos seus processos de formação construir a apropriação das TA'S, ou seja, precisam aprender a lidar com essas tecnologias.

A TA no contexto educacional, é uma alternativa possível que visa vencer as barreiras que impedem um aluno com deficiência física de estar incluído em todos os espaços e momentos da rotina escolar. Sabemos que isso demanda mais profissionais, de alguém que acompanha este aluno diariamente, conheça suas especificidades e assim propor alternativas para que ele permaneça na escola e na universidade, mesmo esta não apresentando uma arquitetura acessível.

Assim, o mais importante é sempre pensarmos como fazer para diminuir o grau de dificuldade que a pessoa enfrenta para realização de uma atividade devido às características físicas dos ambientes. DISCHINGER (2009) sublinha em relação a isso que:

“Se uma escola possui, por exemplo, salas de recursos multifuncionais devem ser eliminadas todas as barreiras que possam dificultar o seu acesso por alunos com diferentes deficiências. Uma porta estreita deve ser substituída por uma que permita a passagem de uma cadeira de rodas. Se houver escada para chegar nessa sala, deve ser construída rampa ou plataforma elevatória; e, no início e final da escada e rampa, deve haver piso tátil alerta para informar pessoas com deficiência visual da presença de desnível.”

COSTA e OLIVEIRA (2011), também argumenta que é urgente a necessidade de intervenções planejadas e execução de manutenção dos espaços escolares (CAMBRUZZI *et al.*, 2013) ainda lembra que o que se pode ver, é que existe uma lei que estabelece normas e critérios básicos para que se promova o acesso às pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida e esta não está sendo cumprida gerando ainda mais exclusão.

Concordamos com todos estes autores, acessibilidade arquitetônica é o mínimo que uma escola deve garantir para receber alunos que tenham algum comprometimento motor, sendo absolutamente fundamental para que as crianças e jovens com deficiência possam acessar todos os espaços de sua escola e participar de todas as atividades escolares com segurança, conforto e a maior independência possível, de acordo com suas habilidades e limitações, especialmente no que condiz o ensino de Química.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados descritos neste trabalho, algumas conclusões podem ser feitas: A Revista de Educação Especial aborda em seus artigos publicados a respeito da inclusão de pessoas com deficiência física no ensino regular, contudo não é foco principal nos trabalhos, sendo que na maioria das vezes é tratada de forma mais generalizada, não trabalhando suas especificadas; A temática Inclusão é a de maior tendência de publicação nesse periódico, outro tema muito publicado é Altas Habilidades/Superdotação. Na Revista em Educação Especial - REE da UFSM foi possível notar uma expressiva quantidade de trabalhos sobre inclusão educacional, o que nos motivou e nos fez concluir que si, está se pensando e discutindo a respeito da Educação Especial nas Escolas de Ensino Regular.

Os estudos ainda nós permite concluir que devido a escassa importância dada a formação de professores nos trabalhos selecionados, é urgente e necessidade instigar a pesquisa de formação de professores a respeito da Educação Especial e que se mobilize maiores discussões e ações em favor da inclusão educacional especialmente o que condiz o ensino de Química para pessoas com este tipo de deficiência. Ressaltamos também o papel da Universidade na formação de futuros profissionais para a educação inclusiva.

Ainda a importância de ambientes escolares inclusivos, possibilitando não só o acesso físico, como permitir a participação nas diversas atividades escolares para todos. É princípio básico para incluir um aluno com deficiência física em escola de ensino regular e universidades, que se ofereça o mínimo de acessibilidade arquitetônica, uma das alternativas dada por vários autores é a construção de prédios térreos, o que já amenizaria em grande parte dos problemas, sendo que as escadarias são as principais barreiras encontradas.

Compreendemos sobre tudo que a deficiência física não é uma limitação ao aprendizado, mas que com responsabilidades dos órgãos políticos, da formação de professores, dos professores da família e da sociedade podemos encaminhar junto às pessoas com deficiência, propostas que otimizem as potencialidades desses alunos sem excluir os demais estudantes. O que falta é cada um cumprir sua obrigação e pôr em prática tantas alternativas disponíveis que se tem construído até hoje.

Ressaltamos também a importância da Revista de Educação Especial em nosso processo de pesquisa, a contribuição dos diferentes autores nos fez construir diversos saberes a respeito da deficiência física, da formação de professores e da reflexão sobre a acessibilidade arquitetônica necessária nos espaços de ensino, especialmente as aulas de Química.

Não podendo esquecer também a grande relevância que foi trabalhar pela primeira vez

com a ATD, a qual me permitiu construir e reconstruir diversos conteúdos a respeito da deficiência física, a maior prova disso foram os problemas de pesquisa que surgiram até o término desse trabalho, que mesmo com vários recortes apresentou a necessidade de se buscar entender outras questões além do que foi proposto inicialmente, como a formação de professores e a acessibilidade arquitetônica dos espaços educativos.

Por fim, esse processo de investigação deixou mais lacunas e motivação para continuar nesse campo de Pesquisa, que com certeza, assim com as demais categorias emergidas merecem e precisam de atenção, os desafios são muitos e isso nos instiga ainda mais de querer aprender e poder contribuir por uma causa tão nobre e democrática, que vai além de nossa formação acadêmica para sala de aula, mas para a vida.

Assim pretendo ampliar meus conhecimentos a respeito da formação de professores para Educação Especial de pessoas não só com a deficiência física, mas tantas outras que existem e carecem de atenção, este trabalho também nos sensibilizou por outra causa, “a formação de professores com deficiência”, sabemos que são poucos os que conseguem chegar ao ensino superior, mas precisamos inspirados e incentivá-los para que isso se efetive e estejam inseridos nos cursos de nível superior.

Enfim, este trabalho foi de suma importância pra engrandecer nossos conhecimentos a respeito desta temática tão importante nos dias atuais, no Ensino das diversas áreas da Educação, a deficiência física é uma das que mais precisa atenção, tendo um número expressivo de pessoas com esta deficiência e que demanda muitas questões para que possam estar incluídos na sociedade. Este trabalho nos fez refletir sobre isso e nós preparar para futuras situações com essas pessoas em sala de aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos** – Brasília: Ministério da Educação, secretaria de Educação Especial, 2005.

BERSCH, Rita. **Tecnologia Assistiva – TA**. SEESP / SEED / MEC. Brasília/DF – 2007

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. **Resolução CNE/CEB2/2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 14set. 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP 1/2002. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasília, 18 set. 2002

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 out. 1988.

_____. Decreto n. 5296, de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Brasília, 2 dez. 2004.

_____. Lei n. 1300, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília, 26 jun. 2014.

_____. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 23 dez. 1996.

_____. Ministério das Cidades. **Brasil acessível: programa brasileiro de acessibilidade urbana**. Caderno 3 – Implementação do Decreto-lei nº 5.296/2004 para construção da cidade acessível. Brasília, 2004.

_____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CHILE. División de Educación General del Ministerio de Educación de Chile (MINE-DUC). **Guía de apoyo técnico-pedagógico: Necesidades Educativas Especiales En El Nivel de Educación Parvularia. Necesidades Educativas Especiales asociadas a Discapacidad motora**. Primera Edición, Santiago de Chile, Diciembre, 2007.

CAMBRUZZI, Rita de Cássia Silveira *et al.* **Acessibilidade de um cadeirante em uma instituição pública do ensino superior: rotas e rotinas**. Revista Educação Especial, v. 26, n. 46, p. 351-366, maio/ago. 2013.

CARVALHO, Alfredo Roberto de *et al.* **Pessoa com deficiência na história: Modelos de tratamento e Compreensão**. In: CARVALHO, Alfredo Roberto de *et al* (Org.). **A pessoa com deficiência: aspectos teóricos e práticos/organização do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais – PEE** – Cascavel: EDUNIOESTE, 2013. p.17-36.

CARVALHO, José Roberto; TURECK, Lucia Terezinha Zanato. **Algumas reflexões sobre a**

inclusão escolar de alunos com deficiência. In: CARVALHO, Alfredo Roberto de *et al.* A pessoa com deficiência na sociedade contemporânea: problematizando o debate/organizador: Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais – PEE – 2ª Ed. - Cascavel: EDUNIOESTE, 2014. p. 53-72.

CORREIA, Luís de Miranda. **Inclusão e necessidades educativas especiais: um guia para educadores e professores.** 2. ed. Porto: Porto Editora, 2008.

COSTA, Janaína Cardoso *et al.* **Os principais obstáculos para integração dos portadores de necessidades especiais nas escolas de Rede Pública Estadual da cidade de Passo Fundo.** [Revista Educação Especial, n. 27, 2006.](#)

Dischinger, Marta. **Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009.

GONZÁLEZ, Eugenio. **Necessidades educacionais específicas.** Eugenio González, coordenador; María Arrillaga... [et al.]; tradução Daisy Vaz de Moraes. - Porto Alegre: Artmed, 2007.

IACONO, Jane Peruzo; SILVA, Luzia Alves. **Reflexões sobre a política de formação de professores para a Educação Especial/Educação Inclusiva.** In: CARVALHO, Alfredo Roberto de *et al.* A pessoa com deficiência na sociedade contemporânea: problematizando o debate/organizador: Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais – PEE – 2ª Ed. - Cascavel: EDUNIOESTE, 2014. p. 53-72.

ITAINI, Alice. **Vivendo o preconceito em sala de aula.** In: AQUINO, Júlio (Org.). Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas. 9. ed. São Paulo: Summus, 1998. p.119-134.

JANNUZZI, Gilberta S. de Martinho. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** 3. ed. rev. - Campinas, SP: Autores Associados, 2012

LÜDKE, Menga e André, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Lino. **Ensaio pedagógico: como contruir uma escola para todos?** - Porto Alegre: Artmed, 2005.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de Deficiência: a questão da inclusão social.** São Paulo em Perspectiva, 14(2) 2000.

MALACARNE, Vilmar; STRIEDER, Dulce Maria. **O ensino de ciências e matemática no espaço escolar.** Organização Vilmar Malacarne, Dulce Maria Strieder. - 1. ed. - Curitiba, PR, 2015.

MARCOS, Micheline. *et al.* **Avaliação e análise de acessibilidade de um deficiente físico motor, através do software Catia, em habitações de interesse social.** UFRP, 2007.

MARQUEZAN, R. **Cadernos de Educação Especial.** Cadernos Educação Especial, Santa Maria, v. 02, n. 20, p. 09-11, 2002.

MIRANDA, Theresinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão, organizadores. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.** Salvador, EDUFBA, 2012.

MORAES, Roque. **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva**. *Ciência & Educação*, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

OHL, Nathalie Guerrero, *et al.* **Escolarização e preconceito: lembranças de jovens com e sem deficiência**. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRABPEE)*. Vol. 13, N° 2, Julho/Dezembro de 2009. Acesso em: 10/06/2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v13n2/v13n2a06.pdf>.

PALMA, Luciana Erina *et al.* **Aulas de educação física e inclusão: um estudo de caso com a deficiência física**. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 25, n. 42, p. 115-126, jan./abr. 2012.

REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL – UFSM. Acesso em 26/04/2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/about/history>.

RIBEIRO, Eveline Borges Vilela; BENITE, Anna Maria Canavaro. **A educação inclusiva a percepção dos professores de Química**. *Ciência & Educação*, v. 16, n. 3, p. 585-594, 2010.

ROCHA, Telma Brito; MIRANDA, Theresinha Guimarães. **Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior** *Revista “Educação Especial”*, v. 22, n. 34, p. 197-212, Santa Maria, maio/ago, 2009. Acesso em: 12/06/2017. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>.

ROSSETO, Elisabeth, *et al.* **Pessoa com deficiência: caracterização e formas de relacionamento**. In: CARVALHO, Alfredo Roberto de *et al* (Org.). *A pessoa com deficiência: aspectos teóricos e práticos/organização do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais – PEE – Cascavel: EDUNIOESTE, 2013. p.59-84.*

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Como chamar as pessoas que têm deficiência?** *Revista da Sociedade Brasileira de Ostomizados*, ano I, n. 1, 1° sem. 2003, p.8-11. [Texto atualizado em 2013]

SILVA, Dorisvaldo R.. SILVA, Vera L. R. R. **O uso da informática como um instrumento de apoio no processo educacional de pessoas com deficiência**. In: CARVALHO, Alfredo Roberto de *et al* (Org.). *A pessoa com deficiência: aspectos teóricos e práticos/organização do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais – PEE – Cascavel: EDUNIOESTE, 2013. p.73-106.*

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Projeto Pedagógico do Curso de Química - Licenciatura**. Realeza, 2012. Disponível em: <<http://www.uffs.edu.br/atos-normativos/ppc/ccqlre/2015-0001>>. Acesso 20 mai. 2017.

APÊNDICE A – Dados gerais da Revista no período analisado: número de revistas e suas respectivas capas e número de artigos por ano de publicação.

Ano	Nº de Revista	Nº de Artigos
2006	26 e 27	26
2007	29 e 30	17
2008	31 e 32	24
2009	33, 34 e 35	26
2010	36,37 e 38	30
2011	39,40 e 41	29
2012	42, 43 e 44	35
2013	45, 46 e 47	32
2014	48, 49 e 50	37
2015	51, 52 e 53	45
2016	54,55 e 56	42
11 Anos	30 Revistas	343 Artigos